

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominado
Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominado Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis da Provu Sociedade de Crédito S.A. relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhada das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Provu Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade”) tem por objeto a originação de operações de crédito voltadas ao atendimento das necessidades do consumidor brasileiro na faixa etária de 18 a 70 anos, especialmente aqueles com conexão à internet e que não tem acesso ao crédito (aproximadamente 30%\$ da população brasileira), provendo-lhes capacidade financeira para o desenvolvimento e consolidação de suas atividades. Tem como meta, propiciar maior acesso e melhor fluidez do crédito, contribuindo para a elevação do nível de concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

A estratégia de atuação da Sociedade, visa promover através de ações conjuntas com Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S/A, orientação ao crédito empresarial e ações de marketing e publicidade, além do acesso ao crédito em condições competitivas em relação àquelas praticadas no mercado, contribuindo para a redução do spread bancário. Com esta política busca gerar maiores condições de sustentabilidade para os pequenos negócios.

A Provu SCD tem como objetivo otimizar as atividades de empréstimos da Provu Corban por meio de uma integração vertical de ponta a ponta, o que permitirá uma expansão mais eficiente, bem como a oferta de crédito e outros serviços financeiros para uma gama maior de consumidores. O diferencial mais relevante é o desenvolvimento de uma plataforma de empréstimo digital que possibilita a completa desburocratização na concessão do crédito, pois toda a solicitação de empréstimo e acompanhamento das etapas de processamento da operação é feita pelo interessado, por intermédio de plataforma eletrônica (Web), utilizando-se smartphones, tablets ou computadores. A automação de todo o processo, inclusive a ferramenta de aprovação de crédito, permite aumento significativo na escala dos negócios, expandindo a oferta de crédito por meio de diferentes produtos: empréstimos pessoais sem garantia, com garantia (e.g. financiamento imobiliário), crédito consignado e crédito direto ao consumidor ofertado eletronicamente (“e-CDC”) nas plataformas de e-commerce dos estabelecimentos comerciais.

Em conformidade com a regulamentação aplicável, uma estrutura de governança será estruturada com o apoio de consultoria externa. Está previsto a implantação de uma política de segurança cibernética para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas da SCD. Adicionalmente, a SCD terá um plano de ação e resposta a incidentes, que visa indicar as medidas a serem tomadas para manter as estruturas organizacionais e operacionais em conformidade com os princípios e diretrizes da política. Da mesma forma, mecanismos de monitoramento e controle para garantir a conformidade com os requisitos na contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. A Provu SCD dará forte ênfase em segurança, não somente no que se refere à proteção das informações e dados dos clientes, como também garantindo a melhoria contínua e sendo capaz de combater crimes e ataques cibernéticos, e qualquer outra ameaça virtual. Em especial, será assegurado completa conformidade com os termos da Lei nº 13.709 de 14/08/2018, que trará especificamente sobre o tratamento de dados pessoais. Por fim, será formalizado um programa de compliance que inclui políticas e procedimentos específicos para aplicação nas atividades da Provu SCD. Procedimentos serão constantemente adaptados e atualizados para atender os requisitos regulatórios brasileiros no que se refere à prevenção aos crimes financeiros, incluindo prevenção a lavagem de dinheiro, prevenção ao suborno e corrupção, e procedimentos de conheça seu cliente. Sociedade foi constituída em 01 de junho de 2021.

São Paulo, 23 de março de 2022.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

Provu Sociedade de Crédito S.A.

(Anteriormente Denominado Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Provu Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 1º de junho de 2021 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Provu Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 1º de junho de 2021 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Informações comparativas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 e 2, a Instituição iniciou suas atividades e teve autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial em 1º de junho de 2021. Desta forma, não estão sendo apresentadas informações contábeis comparativas com o exercício anterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, no período de 1º de junho de 2021 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021, a Instituição reconheceu resultado com cessões de crédito no montante de R\$ 33 mil, as quais foram realizadas com partes relacionadas. Estes montantes poderiam ser diferentes caso tratasse de transações efetuadas em condições de mercado ou com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao período de 1º de junho (data de início das atividades) a 30 de junho de 2021, foram anteriormente auditadas por nós cujo relatório de auditoria emitido em 31 de agosto de 2021 continha ressalva referente a Instituição não proceder os devidos registros relacionados com o resultado, tanto de receitas como despesas necessárias para sua constituição e manutenção relativas ao período de 1º de junho (data de início das atividades) a 30 de junho de 2021, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Os referidos assuntos não produzem efeitos para as demonstrações contábeis do semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 1º de junho (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

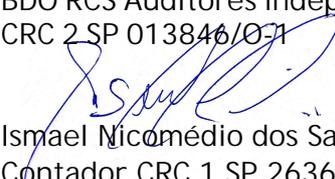


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)
CNPJ(ME) nº 42.627.615/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

ATIVO	NE	31/12/21
CIRCULANTE		3.007
DISPONIBILIDADES	4	1.484
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5	66
Operações de crédito		66
OUTROS ATIVOS	6	1.457
Outros créditos - Diversos		6
Despesas antecipadas		1.451
TOTAL DO ATIVO		3.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)**

CNPJ(ME) nº 42.627.615/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

P A S S I V O	NE	31/12/21
CIRCULANTE		1.936
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1
Credores		1
OUTROS PASSIVOS	7	1.935
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		11
Fiscais e previdenciárias		126
Diversas		1.798
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.071
Capital:	8	3.000
De Domiciliados no país		3.000
(Prejuízos acumulados)		(1.929)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.007

ADEMIR DE ARAUJO

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)**

CNPJ(ME) nº 42.627.615/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

	NE	2º-SEM-21	01/06/2021 a 31/12/2021
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		72	72
Operações de crédito		4	4
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		68	68
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		72	72
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(2.001)	(2.001)
Despesas de pessoal		(751)	(751)
Outras despesas administrativas		(1.275)	(1.275)
Despesas tributárias		(8)	(8)
Outras receitas operacionais		33	33
RESULTADO OPERACIONAL		(1.929)	(1.929)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.929)	(1.929)
PREJUÍZO DO SEMESTRE/PERÍODO		(1.929)	(1.929)
Nº de ações		3.000.000	3.000.000
Prejuízo por ação.....R\$		(0,64)	(0,64)

ADEMIR DE ARAUJO

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)
CNPJ(ME) nº 42.627.615/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-21	01/06/2021 a 31/12/2021
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/PERÍODO	(1.929)	(1.929)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(1.929)	(1.929)

ADEMIR DE ARAUJO
Diretor

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)
 CNPJ(ME) nº 42.627.615/0001-92

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 Valores em R\$ 1.000

Semestre de 01/07/21 a 31/12/21			
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/21	3.000	-	3.000
Prejuízo do semestre	-	(1.929)	(1.929)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/21	3.000	(1.929)	1.071
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(1.929)	(1.929)

Período de 01/06/21 a 31/12/21			
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/06/21	-	-	-
Aumento de capital	3.000	-	3.000
Prejuízo do período	-	(1.929)	(1.929)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/21	3.000	(1.929)	1.071
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	3.000	(1.929)	1.071

ADEMIR DE ARAUJO
Diretor

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)
 CNPJ(ME) 42.627.615/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-21	01/06/2021 a 31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre e período	(1.929)	(1.929)
	<u>(1.928)</u>	<u>(1.928)</u>
Variação de Ativos e Obrigações	3.412	412
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	2.934	(66)
(Aumento) redução de outros ativos	(1.457)	(1.457)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	1	1
Aumento (redução) em outros passivos	1.935	1.935
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.484	(1.516)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	-	3.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	3.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.484	1.484
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/período	1.484	1.484

ADEMIR DE ARAUJO
Diretor

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

- -

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Provu Sociedade de Créditos Direto S.A. (anteriormente denominada Launch Sociedade de Créditos Direto S.A.) (“Instituição” ou “Sociedade”), fundada em 11 de março de 2020 é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial 19 de maio de 2021, retificado pelo Banco Central do Brasil para 1º de junho de 2021 e registrada na Receita Federal do Brasil em 7 de julho de 2021, após a aprovação final do Banco Central do Brasil, motivo pelo qual não registrou receitas ou despesas no período findo em 30 de junho de 2021.

A Sociedade tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pais Leme nº 524, Cj 162- 16º andar, Pinheiros.

A Sociedade tem como objetivo otimizar as atividades de empréstimos da Lendico Brasil por meio de uma integração vertical de ponta a ponta. Ela tem por objeto social a prática de (i) empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham a origem única de seu próprio capital; (ii) prestar serviços de análise e cobrança de créditos, bem como atuar como representante na distribuição de seguros relacionados às operações mencionadas no item (i) acima; e (iii) a emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamento pré-paga.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de setembro de 2021 foi deliberado a alteração da denominação social de Launch Sociedade de Crédito Direto S.A. para Provu Sociedade de Crédito Direto S.A.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores em milhares de Reais)

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Em razão do processo de início das atividades da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas para o período de 1º de junho (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2022, sem comparação com o período anterior.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 23 de março de 2022.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros

Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/21, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis. A resolução cita as mudanças do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional.

Plano de Contas (COSIF)

A Resolução BCB n° 92/21, com vigência a partir de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Instrumentos Financeiros

A resolução CMN no. 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS.

Estas normas não produziram alterações nestas demonstrações financeiras, pois trata-se de normativos prospectivos.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços.

b) Disponibilidade

Disponibilidades (que compreendem o caixa e as contas correntes de bancos), aplicações de curto prazo (igual ou inferior a 90 dias), com alta liquidez e com risco de mudança de valor insignificante.

c) Instrumentos financeiros

Operações de Crédito

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco. Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

A Sociedade, quando devido, reconhece a baixa para prejuízo das operações com mais de 180 dias vencidas para todas as operações de crédito realizadas.

As operações de crédito baixadas para prejuízo, quando devidas, serão mantidas durante 5 anos em conta de compensação até que todos meios possíveis de cobrança sejam realizados e forem esgotados.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções nºs 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

d) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

e) Resultado recorrente e não recorrente

A Instituição considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com suas atividades típicas. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 não houve resultados não recorrentes.

f) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores em milhares de Reais)

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4. Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2021 as disponibilidades estão representadas por depósitos bancários no montante de R\$ 1.484.

5. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2021 as operações de crédito estão representadas por empréstimos e rendas a apropriar no montante de R\$ 133 e R\$ (67), respectivamente.

	Faixa de vencimento	31/12/2021
Empréstimo - Crédito Pessoal	Acima de 1 ano	133
Rendas a apropriar - Crédito pessoal	Acima de 1 ano	(67)
		<u>66</u>

As operações da companhia, em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas 100% com pessoa física, sem garantia e não ocorreram renegociação. Empresa operando há 6 meses no mercado de cessão de crédito em D+1.

6. Outros ativos

	31/12/2021
Outros créditos - Diversos	<u>6</u>
Devedores diversos - País	<u>6</u>
Despesas antecipadas	1.451
AIG Seguros - Cibernética	317
AIG Seguros - D&O	103
AIG Seguros - Responsabilidade civil	1.031
Total	<u>1.457</u>

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores em milhares de Reais)

7. Outros passivos

	<u>31/12/2021</u>
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado	11
IOF a recolher sobre empréstimo	11
Fiscais e previdenciárias	<u>126</u>
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	14
Impostos e contribuições sobre salários	109
Outros	3
Diversas	<u>1.798</u>
Despesas de Pessoal	94
Processamento de dados	101
Contabilidade	6
Auditoria	5
Seguros	1.565
Comissão PROVU CORBAN	26
Credores diversos - País	1
Total	<u><u>1.935</u></u>

8. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social de R\$ 3.000, está representado por 3.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas pela Provu SCD Participações LTDA. acionistas no País. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

9. Transações com partes relacionadas

a) A SCD possui como parte relacionada os valores conforme descrito a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante	
Lendico Serviços Adm.	<u>6</u>
	<u><u>6</u></u>

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores em milhares de Reais)

- b) A SCD possui lucro com o Prat 12 Captalys FIDC conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2021
Resultado com FIDC PRAT 12 CAPTALYS FIDC.	33
	33

10. Despesas de pessoal

	2º semestre/ 2021	2021
Proventos	(527)	(527)
Encargos sociais	(189)	(189)
Benefícios	(35)	(35)
	(751)	(751)

11. Despesas administrativas

	2º semestre/ 2021	2021
Despesas com comunicações	(9)	(9)
Despesas com processamento de dados	(414)	(414)
Despesas com publicação	(14)	(14)
Despesas com seguros	(495)	(495)
Despesa com serviços do sistema financeiro	(28)	(28)
Despesa com serviços técnicos especializados	(312)	(312)
Outras despesas administrativas	(4)	(4)
	(1.275)	(1.275)

12. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A Sociedade está sujeita a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar sua solidez e perenidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores em milhares de Reais)

De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

13. Outras informações

13.1. Auditoria independente

A política de atuação da Sociedade na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No período findo em 31 de dezembro de 2021, não foram prestados pelos auditores independentes nem por partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa que afetem a independência do auditor.

14. Análise de sensibilidade

A Sociedade, de forma geral, não incorre em riscos de mercado e liquidez em suas atividades, pois é uma prestadora de serviços e seus serviços são pagos (Débito em conta corrente do Cliente). Concentra seus serviços de maneira prioritária em clientes pessoa jurídica, e dessa forma, seus riscos residuais são relacionados a riscos de crédito e operacional. Desde sua entrada em operação a Sociedade não teve nenhuma perda. A organização possui já implementado processo de perdas operacionais.

Conta	Valor provável de realização ativo/(passivo)	Variação em função do risco - %	Obs.
Disponibilidades	1.484	-	(a)
Operação de crédito	66	5%	(b)
	<u>1.550</u>		

(a) Sem risco;

(b) Risco estimado. Até a presente data não houve perda.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Valores em milhares de Reais)

15. Contingências

A Instituição não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, fiscal ou trabalhista, cujo valor em risco possa ter impacto nestas demonstrações contábeis.

16. Outros assuntos

Nos primeiros meses de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e brasileira e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras.

Nesse momento, a Administração da Sociedade ainda não pode mensurar com alguma precisão os efeitos em seus negócios decorrentes da propagação da nova doença.

17. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021, que requeressem divulgação.

Ademir de Araujo
Diretor

Reinaldo Dantas
Contador
CRC 1SP110330/O-6